

MEMÓRIA E POLÍTICA: resistência de mulheres baianas à ditadura militar (1964-1985)

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior ¹

O presente trabalho pretende abordar a participação de mulheres baianas que resistiram à Ditadura Militar não necessariamente em seu estado de naturalidade. Dessa forma, inserido no bojo de estudos sobre Ditadura militar no Brasil, este busca um novo olhar para tal temática e para o uso de novas abordagens historiográficas, tal como a história das mulheres.

No limiar da história das mulheres, segundo Matos (2000)², a partir da segunda metade da década de 70 novas abordagens e novas perspectivas historiográficas passaram a alunhar de novos espaços, algo que ocorre com a “história das mulheres”. Contudo, o desafio da escrita deste campo ainda vem enfrentando dificuldades, desde a busca de fontes, a inserção de campos específicos de estudo etc, porém, seus estudos se ampliaram de forma consistente nos últimos anos.

Como menciona Matos (2000), “(...) a discussão dos paradigmas da história levou, entre outros aspectos, ao questionamento das universalidades, permitindo a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos da história, entre eles, as mulheres”³. Além disso, autores como E. P. Thompson, Michelle Perrot, Joan Scott, Mary del Priori, respectivamente em seu tempo histórico são alguns exemplos de propostas inovadoras de observar a história das mulheres.

De qualquer forma, os estudos de gênero vêm a cada dia, trazendo novos olhares para a história, histórias construídas por “Marias”, “Clarices” e que precisam ser “descobertas” ou trazidas à memória externa, de uma nação que precisa conhecer essas mulheres que tanto contribuíram para a luta pela redemocratização do nosso país.

No intuito de apresentar as variadas formas de lutas de resistência durante a ditadura militar, este grupo social fora escolhido para compreender os problemas em torno da reconstrução memorialística e os mecanismos de produção do esquecimento. As experiências em movimentos sociais e em alguns casos, nas organizações armadas fizeram com que sentissem nos seus corpos e almas a experiência da clandestinidade, prisão, tortura e exílio. O

objetivo, portanto, consiste em desvendar através de relatos autobiográficos, entrevistas orais, fontes jornalísticas entre outras possibilidades o processo de elaboração dessa memória.

No que concerne ao período militar, esse foi marcado por fortes ações do Estado, no intuito de coagir quaisquer movimentos sociais que fossem de encontro a Segurança Nacional do país. Neste ínterim inúmeros trabalhos foram realizados ao longo destes 48 anos de “Golpe” e que discutem diversos pontos referentes ao Estado brasileiro. Contudo, novos olhares para a utilização de novas perspectivas historiográficas trouxeram campos até então “esquecidos” dentro desta. Algo que buscamos com esta pesquisa, voltada para a participação das mulheres que resistiram aos desmandos dos militares e civis golpistas, bem como apresentar a importância deste período para o entendimento de uma História Contemporânea algo salientado nas palavras de Alves (2005) “[...] Cabe a nós que tanto lutamos pela democracia, lembrar aos mais jovens o que significou o período dos “anos de Chumbo” e que a eles pertence a responsabilidade de continuar a caminhada buscando soluções abertas a um futuro de civilização, e não de caos.”⁴

Historicamente, no início da década de 60 o Brasil é acometido por uma série de mudanças políticas que perpassam desde o parlamentarismo e o plebiscito presidencialista de João Goulart até a eclosão do golpe civil militar de 1964. Para tanto, muitos trabalhos passaram a ser realizados no intuito de apresentar os fatos que marcaram tal período, dessa forma, obras da “esquerda” fomentaram os debates do período “pós-militares”, contudo até hoje se apresentam discussões quanto às disputas memorialísticas sobre este período. Dessa forma, faremos uma breve abordagem quanto a essas disputas no intuito de apresentar melhor tal temática.

Crítico dos métodos da história que partem apenas da observação dos fatos como verdade absoluta, Reis Filho (1997)⁵, atribui que os fatos possuem máscaras, olhares etc. E que as memórias apresentam os fatos que lhes convém, com seus interesses em voga, logo a esquerda da década de 60 também assim o fez. Como atribui Cardoso (1994)⁶, a defesa ou a condenação do regime militar esta ligada a seu viés ideológico. Logo a mesma defende que a memória histórica e a ideologia podem ser manipuladas de acordo com as correlações de forças e interesses de classes.

No limiar dos aspectos memorialísticos, segundo Schmidt (2007)⁷, o grande marco de utilização da memória fora a obra de Pierre Nora, no qual a partir da tradição do sociólogo Maurice Halbwachs, enfatiza o aspecto social e coletivo da memória e sua fixação espacial. Ainda nesse contexto, segundo Schmidt, Nora, assinala a oposição que separa a memória da história, tirando o caráter sacralizante da primeira ao enfoque laicizante e nacional da história.

Com o processo de abertura política, Lei de anistia (1979), uma gama de trabalhos sobre memórias da década de 60, principalmente as da esquerda passam a ser escritas e divulgadas. Segundo Schmidt (2007)⁸, os opositores do regime, ou faziam a autocrítica de sua passagem pela luta armada, questionando estratégias etc, ou exaltavam o heroísmo da resistência, reafirmando os ideais revolucionários. Já os militares, enquanto alguns apoiavam e defendiam a bandeira do golpe, outra vertente dos mesmos denunciava e desvirtuava o projeto original. Como menciona Cardoso (1994), uma espécie de “[...] surto memorialístico que se deu após “o processo de abertura” controlada pelos militares”. Segundo Martins Filho, a versão mais deliberada da esquerda é a de movimentos revolucionários como atos de irresponsabilidade. Da mesma forma como Cardoso assinala, “[...] a memória histórica dos anos de repressão (1967-1974), apresentam diferentes visões dos memorialistas que aspiravam ao poder”.

Como apresenta Martins Filho (2002)⁹, os ex-militantes se esforçavam para manter viva a memória dos anos 60 e 70. Já os oficiais gostariam que certos aspectos desse período caíssem no esquecimento. Na visão dos militares, já que a “esquerda” fora derrotada, esta se esforçou para “vencer na batalha das letras o que perdeu nas armas”. Além disso, alguns militares são taxativos no sentido de que os militantes violaram o princípio da Anistia, qual concedida em 1979, “zeraria” todas as contas com os militares, algo que a esquerda não fez, pelo contrário passou a divulgar sua memória e seus fatos vividos na repressão.

Apresentando a ideia de Cardoso (1994), a mesma classifica obras e autores do período nas seguintes proporções, Armando Falcão e Hugo Abreu apresentam vários significados à revolução de 64. Enquanto Carlos Alberto B. Ustra e Amílcar Lobo (ex-militares) tecem distintas leituras sobre seus envolvimento com a tortura. A vertente de Fernando Gabeira e Alfred Skrkis apresenta características de autocrítica ao período de luta armada. Quanto às memórias de Frei Betto e Alípio de Freitas aproximam-se da perspectiva de uma resistência heroica de grupos de esquerda que entregaram sua vida pela luta. Ainda sobre uma historiografia sobre o período, Reis Filho (1997) tece pontos bastante claros sobre

obras de Fernando Gabeira, Jacob Gorender e Marcelo Ridenti. Segundo Reis, Gabeira faz uma história distanciada de seu personagem, com visão crítica do período, concentrando-se apenas no personagem principal, faz uma espécie de reducionismo, ao centralizar a narração dos fatos ao Rio de Janeiro. Já Gorender e Ridenti oferecem outra versão, buscando a imagem da revolução. “Nos livros de Gorender & Ridenti não há meninos rebeldes, há projetos revolucionários”.

Segundo a ótica de Schmidt (2007), os trabalhos de memória da esquerda também funcionam como um “dar voz aos sem voz” e mostrar a aqueles que sobreviveram à importância para que não se repitam tais acontecimentos.³No tocante a memória dos militares, segundo Martins Filho (2002), a esquerda passou a requerer apresentar os fatos vividos na repressão e tortura, indo se encontro a Lei da Anistia. Assim, como este autor aponta em seu trabalho, para ex-militares que estiveram no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a anistia seria o fim ou a cicatrização dos problemas e dos embates do regime militar. Ainda segundo Martins Filho, a primeira grande obra de memória militar fora “Um Brasil sempre” de Marco Pollo Giordani, que já em seu prefácio é escrito por um Major do Exército que exalta a iniciativa de dar voz aos “subalternos” (neste caso os militares). Contudo, Martins Filho a classifica como decepcionante enquanto refutação histórica ou argumentação discursiva. Uma vez que reproduz a versão oficial do governo contra os comunistas e se porta de forma racista.

Com o advento da guerra fria, a luta pela memória se acirra, principalmente em torno da temática da tortura. Sendo a prática da subversão a explicação para tal prática na maioria dos trabalhos. Contudo, a recusa de tortura também é enorme, na realidade a nomenclatura tortura é negada, e sim uma prática normal de salvação da nação como todas as medidas seguras.

Porém, a própria memória dos militares é “difusa”, se para alguns militares não houve tortura, para outros houvera excessos e outros a própria tortura como algo real. Além disso, a própria controvérsia entre as forças armadas é um ponto interessante, uma vez que alguns Brigadeiros e Almirantes culpam o Exército pelas ações e pela infeliz passagem pelo governo.

Para tanto, Cardoso (1994) classifica os autores em “memória do poder” e “memória da repressão”. Sendo a primeira representada por Falcão, Abreu, Ustra e Lobo, e a segunda por Gabeira, Syrakis, Frei Betto e Freitas. Onde segundo a mesma, “o passado, no conjunto desses livros de memórias, são mais que reconstituído e reconstruído no plano ideológico e afetivo”.¹⁰

Segundo Reis Filho (1997), a esquerda lutou por uma revolução que não houve, imaginavam lutar, mas só se defendiam, julgavam representar por um apocalipse que não existia senão em suas mentes. Logo, para entender as mais variadas formas de observação ou de reconstrução de uma memória ou de sua aparição é preciso relacioná-la com as trajetórias pessoais e coletivas de cada ser. Onde segundo Reis Filho, “[...] as interpretações, no fundo, representam aspirações distintas, interesses diferentes”.

Assim, como aponta Schmidt (2007) por dois motivos essas memórias se mostram problemáticas. Primeiro pela falta de acesso aos arquivos da repressão, o que poderia garantir ou não a veracidade das fontes, segundo, a sinceridade ou a própria falta dessa daqueles que a rememoram.

No limiar do governo civil de Fernando Henrique Cardoso, Schmidt, atribui que este presidente sancionou “leis de reparação” como em 1995 que garantia o direito a óbito e indenização para familiares de mortos e desaparecidos políticos. Porém, o grande embate em torno da memória, fica por conta da abertura dos arquivos militares, no qual em 1997 tal presidente estipula prazos para a abertura de tais documentos respeitando a seguinte ordem: dez anos para documentos reservados, vinte para confidenciais, trinta para os secretos e cinquenta para os ultrassecretos. Mas qual seria o familiar ou o próprio interessado no embate da memória que estaria em condições de esperar cinquenta anos para usufruir de documentação secreta? Fica a reflexão.

Com a posse do ex-militante Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república, animou setores crentes na abertura política, contudo logo frustra. Onde segundo Schmidt (2007), o presidente Lula apresenta um tom conciliador no qual 64 fora um período histórico encerrado, onde o povo brasileiro superou o autoritarismo e restabeleceu a democracia.

Dentre toda essa discussão em torno da memória e de novas perspectivas e olhares sobre a ditadura militar é possível concebermos as inúmeras “armadilhas” encontradas em

torno das memórias. Partindo de um pressuposto lógico de tencionamentos de conceitos ideológicos e formativos de cada indivíduo, sua memória estará estritamente atrelada aos seus interesses e suas formas de observar o que viveu, bem como sua visão política. Contudo, os historiadores têm uma grande tarefa. Segundo Schmidt (2007) os primeiros historiadores a entrar neste debate fora Jacob Gorender com a obra “Combate nas trevas” e Daniel Aarão com “A revolução faltou ao encontro”, onde ambos tentam demonstrar segundo sua vivência e pelo “olhar do historiador” como a esquerda “perdeu” a revolução. E em 1993, Marcelo Ridenti lança “O fantasma da Revolução brasileira” no qual era a primeira obra de um pesquisador de luta armada que não fora militante.

Em 2004 com os 40 anos do “golpe militar”, os debates mais inflamados não foram realizados por historiadores, como aponta Schmidt (2007), quando a obra mais congratulada foi a do jornalista Elio Gaspari e suas “Ditaduras”. Dessa forma, Schmidt traz algumas reflexões para os historiadores. Que na perspectiva de Marc Block as condições humanas se transformam e com isso a necessidade de adequação da história. E nas perspectivas de Hartog e Revel, o primeiro passo para o “avançar” do historiador é se separar das testemunhas, o que “teoricamente”, o afastando do objeto extrairia apenas o que o mesmo tem a oferecer, sem aplicar de forma mais incisiva sua subjetividade. Uma vez que, “[...] ao decidir por uma versão do passado, estará se posicionando no presente e propondo uma opção para o futuro”. (Martins Filho, 1996, p. 45)

Ainda hoje temos um grande embate, de um lado indivíduos buscam deixar o passado e sua fixação na história como uma página virada. Enquanto outra traz sempre as discussões para que nunca deixem de ser esquecidas. De qualquer forma, como abordamos e enxergamos o passado será o ponto chave para nossas “quedas” para um lado bem como para o outro. Na medida em que surgem debates sobre memórias, abrem as possibilidades para uma reflexão crítica de nosso posicionamento quanto historiadores. Dessa forma, o distanciamento com as fontes e a ampliação de olhares para novas metodologias e perspectivas historiográficas podem nos trazer maior proveito com fontes e no entendimento dos fatos.

Como apresenta Martins Filho (2002), os “ex-militantes” se esforçavam para manter viva a memória dos anos 60 e 70. Já os oficiais gostariam que certos aspectos desse período caíssem no esquecimento. Na “visão dos militares”, já que a esquerda fora derrotada, esta se esforçou para “vencer na batalha das letras o que perdeu nas armas”. Além disso, alguns

militares são taxativos no sentido de que os militantes violaram o princípio da Anistia, qual concedida em 1979, “zeraria” todas as contas com os militares, algo que a esquerda não fez, pelo contrário passou a divulgar sua memória e seus fatos vividos na repressão.

No que concerne à participação das mulheres na Ditadura Militar, como aponta Gianordoli Nascimento (2006)¹¹, a memória social dos anos da ditadura militar, passaram a assimilar de forma mais sistemática nas últimas décadas, “os depoimentos de alguns dos principais envolvidos nos acontecimentos desse período: os perseguidos por esse regime político de exceção”. Nessa perspectiva, esta autora afirma que ao longo dos últimos 20 anos, “uma grande parcela desses sujeitos não pôde, por motivos diversos, assumir e contar suas histórias, a mulher, como categoria, tem poucos registros históricos pertinentes”. Dessa forma, percebemos o quanto se torna valioso os testemunhos de mulheres que militaram contra o regime, uma vez que “através do conteúdo de suas narrativas, com suas lembranças e consequente reconstrução de suas histórias de vida, haverá possibilidade de se tentar resgatar parte do repertório sociocultural daquele período no Brasil, contribuindo para a construção de uma história pouco contada”.

Partindo de um ponto de vista mais reflexivo, o próprio lugar da mulher na história do Regime Militar é pouco mencionado não percebemos uma visão mais ampla às mulheres e sua “efetiva” participação no período. Segundo Gianordoli Nascimento (2006), as narrativas das mulheres, bem como suas lembranças e consequentemente as reconstruções de suas histórias de vida deixaram a possibilidade “de se tentar resgatar parte do repertório sociocultural daquele período no Brasil, contribuindo para a construção de uma história pouco contada”. Assim, é perceptível que analisando o contexto de obras que remontam a história ditatorial, mostra que os países que um dia foram “submetidos a um período de ditadura militar, pouco se têm construído socialmente sobre os acontecimentos, prevalecendo outra ditadura: a do silêncio dos que viveram e contribuíram para a construção desse período histórico”.

No avançar desta pesquisa, até o momento pudemos entrevistar a senhora Emérita Andrade Ramos. Natural da cidade baiana de Jaguaquara foi estudante de teatro na Universidade da Bahia até 1964, quando teve que abandonar o curso em virtude do Golpe Civil Militar. Nesse contexto, entre 1964 e 1975 viveu fora do estado por ser militante

política, se voltando para o Rio de Janeiro. De volta à Bahia em 1975, passou a lutar pelos direitos humanos, através da questão das moradias em Salvador. Poetisa, contista e romancista têm participado de muitas coletâneas literárias em todo o país, possuindo livros já publicados em edição solo, tais como, *A Chave* (ficção, 1995); *Fantasias* (conto, 1996). Emérita, foi atuante de movimentos culturais baianos e faz parte da Academia de Cultura da Bahia, sendo colaboradora do Movimento Cultural Artpoesia, onde também publica seus trabalhos.

No que tange sua história política, Andrade Ramos fora militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante boa parte do regime militar brasileiro, onde em 1964, já estudante de teatro da Universidade da Bahia é expulsa por ser acusada de subversão, passando a ser procurada, onde tivera fotos e nomes publicados em jornais de grande circulação na Bahia. Ainda em Salvador, esta “militante” ao saber que o Campo Grande estava tomado por tropas militares e que o cerco a estudantes e/ ou qualquer pessoa que fosse acusado de “subversão”, atentando ao Estado seria preso, juntamente com um pequeno grupo de estudantes universitários tentam uma “resistência” ao ir à casa do Comandante da Região no intuito de indagá-lo quanto às ações proferidas pelo Estado e a soltura dos estudantes já presos. Sem apoio e o receio da prisão, Emérita recorre a familiares que moravam no interior da Bahia na busca de proteção, contudo, vive experiências que marcam sua vida, o que a leva junto com seu noivo José Alberto a cidades como Salvador, São Miguel das Matas, Mata de São João, Jequié e Feira de Santana, até que ainda em 1964 fogem para o Estado do Rio de Janeiro.

Uma vez no Rio de Janeiro, nos primeiros momentos, Emérita passa a viver em um “aparelho” onde convive com seu noivo José Alberto e “companheiros do partido” tais como Mario Alves. Contudo é presa e levada ao DOPS (Departamento Operacional Policial e Social) do estado. Uma vez presa, esta sofre práticas de tortura, bem como presencia tais ações com outros presos políticos. Durante a entrevista a mesma conta com detalhes como foram seus 5 meses e alguns dias em detenção, da mesma forma como se davam os laços de amizade.

Em uma das passagens Andrade Ramos atribui que a primeira tortura é ser presa com apenas uma única peça de roupa, a que estava portando, além disso, a ação dos militares em jogar pó xadrez (espécie de demarcador de cor preta) que ao sujar as roupas não havia como

limpá-las. Ainda nesse contexto, os laços de amizade existentes entre os presos políticos segundo Emérita foram importantíssimos para a prática de resistência. Em um dos momentos de sua vida no período que esteve presa a mesma menciona que a ser levada a um consultório dentário militar fora do presídio, “foi” mal atendida, o que ocasionou em duas cirurgias e em decorrências destas, hemorragias e inflamações que geraram sequelas.

Dessa forma, é possível observarmos a participação que pode não ser tão efetiva, mas importante para o estudo ditatorial brasileiro e estudos voltados para a mulher. No que concerne a Emérita, as práticas de resistência são apresentadas como uma forma de defender ideias de grupos estudantis e civis da época ao qual fora levada para o Estado do Rio de Janeiro. Assim, o presente trabalho ainda busca aprofundar os estudos de outras mulheres que assim como esta tivera participação e memórias que possam contribuir para novos estudos. Logo, visando ampliar tais levantamentos, cruzamentos de fontes, novas fontes e novas entrevistas serão respectivamente realizadas. Sendo assim, este estudo consiste em contínuas buscas por mulheres que de forma efetiva ou não participaram ativamente no contexto em questão. Da mesma forma, como sua contribuição para estudos dos períodos ditatoriais que não só atingiram o Brasil, mas o cone sul no decorrer do século XX. Logo, ao fim desta será permitida a nós o conhecimento de novos agentes políticos, sociais entre outros que contribuíram para a memória nacional.

NOTAS

¹ **Ary Albuquerque Cavalcanti Junior**; Graduando em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Bolsista do Programa de Permanência Qualificada – Projetos pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Bolsista PIBIC IC Voluntário. E-mail: ajunior.ufrb@hotmail.com

² MATOS, Maria Izilda S.de. **Por uma história da mulher**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000

³ Idem

⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1985)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005

⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Um passado imprevisível: A construção da memória da esquerda nos anos 60**. In: MARTINS FILHO, Daniel Aarão. Versões e ficções: o sequestro da história. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. pp.31-45.

⁶ CARDOSO, Lucileide Costa. **Construindo a memória do regime de 64**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.14, n° 27, 1994, pp. 179-196

⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. **Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois**. Anos 90, Porto Alegre, v. 14, n° 26, dez. 2007. pp. 127- 156.

⁸ Idem

⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. **A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares**. Varia História. UFMG, n° 28, dez. 2002, pp. 01-18.

¹⁰ CARDOSO, Lucileide Costa. **Construindo a memória do regime de 64**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.14, n° 27, 1994, p. 196

¹¹ GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria. **Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar brasileira**. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia- sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. 2006